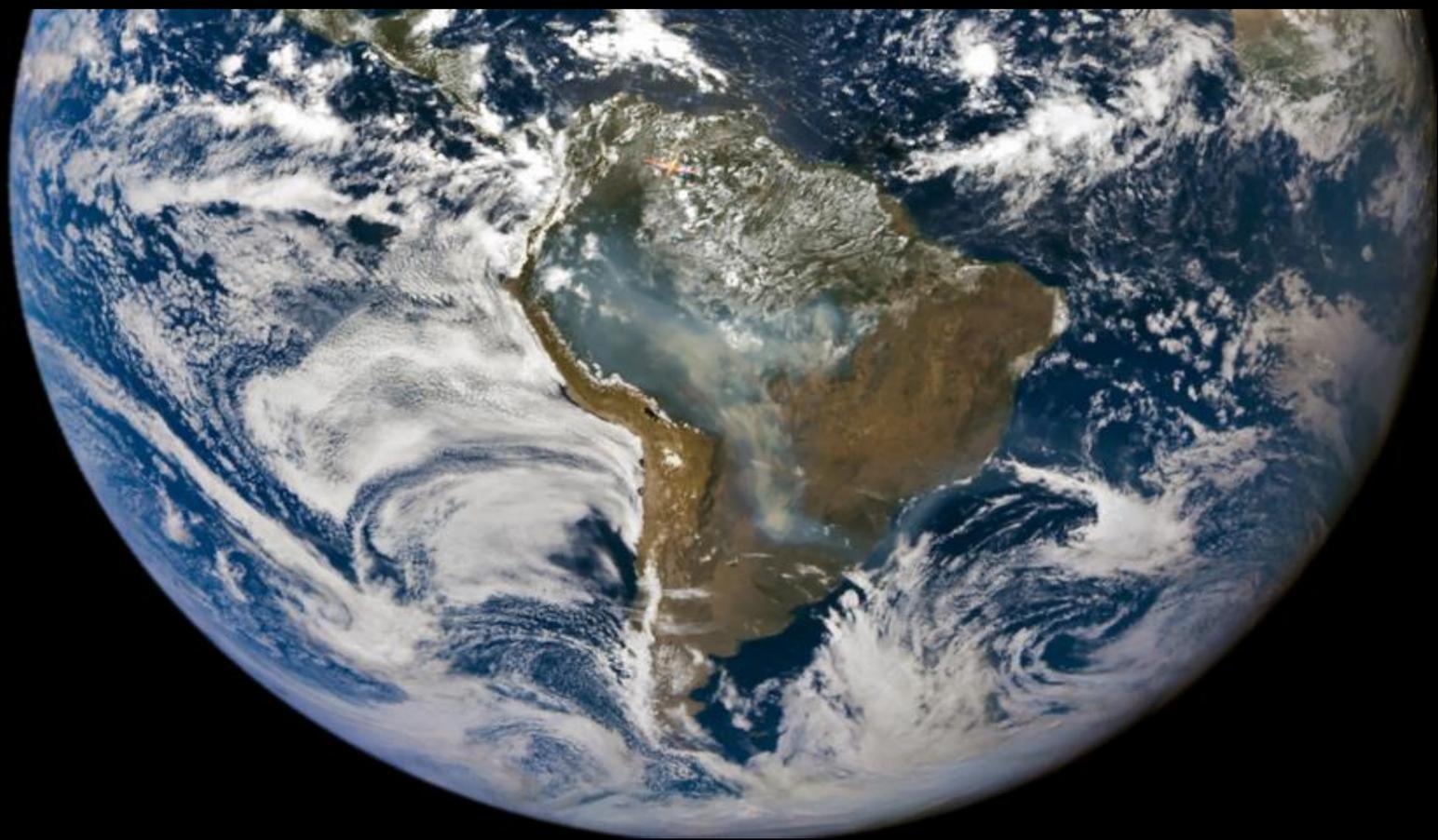


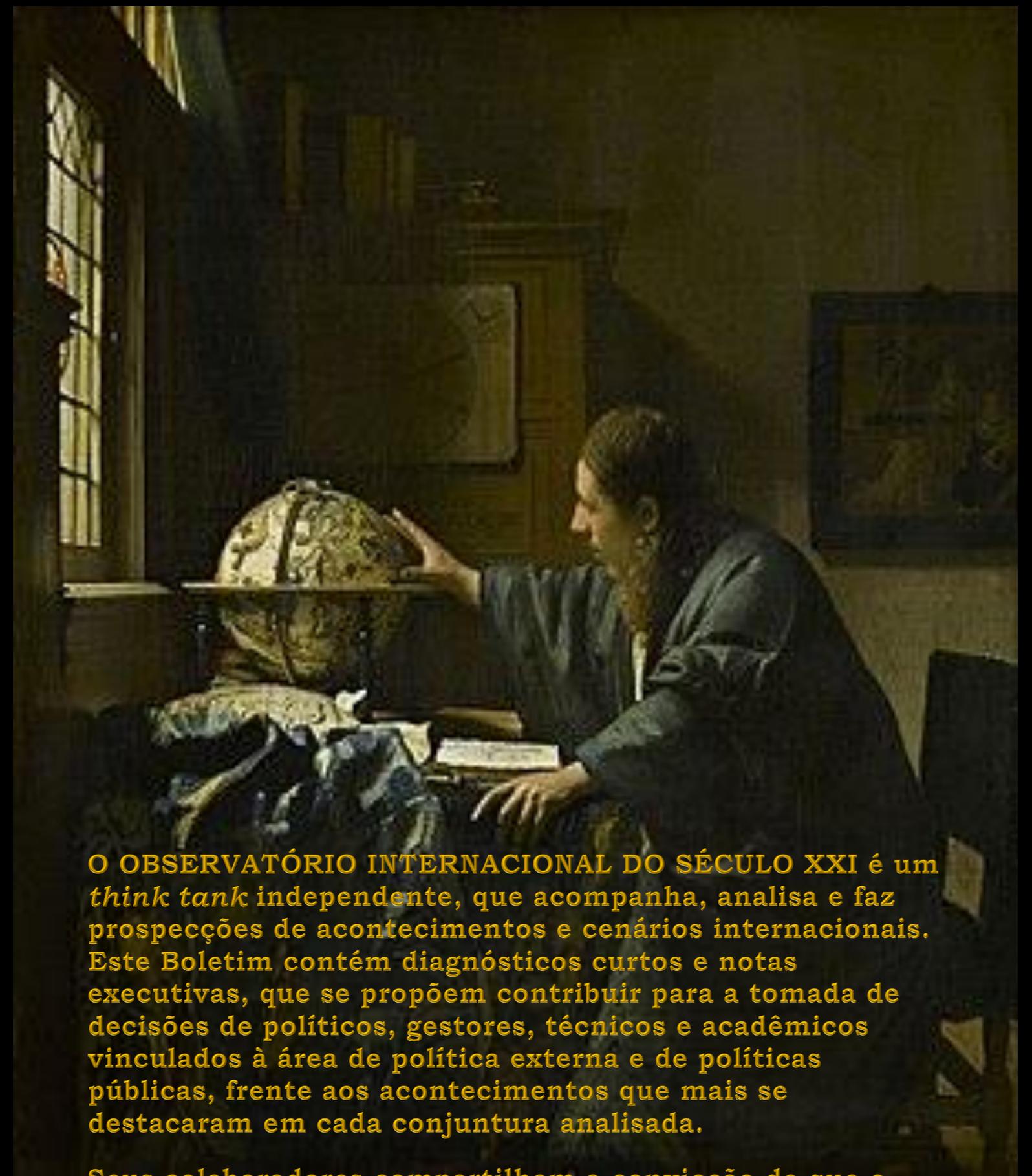


OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº9 - Janeiro/2025



NA BEIRA DO FUTURO



O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.

Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.

**O Observatório Internacional do
Século XXI é uma publicação do Grupo
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica
do Capitalismo do
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

Todos os direitos reservados

**A reprodução dos artigos deve ser feita
mediante a indicação da fonte e
colocação do link deste Boletim
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

Foto de capa: NASA's Earth Observatory.
https://eoimages.gsfc.nasa.gov/images/imagerecords/153000/153295/safires_epc_20240903_lrg.jpg

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s)
autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a
opinião institucional do Observatório Internacional do
Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro
autor.**



OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº9 -Janeiro/2025

COMITÊ EDITORIAL

José Luís Fiori
Maria Claudia Vater
Andrés Ferrari Haines

COLABORADORES DESTA NÚMERO

Andrés Ferrari Haines
Daniel Barreiros
Elias Jabbour
Flavio Aguiar

José Luís Fiori
Mirelli Malaguti
Wagner Sousa
William Nozaki

A América do Sul é o tema central deste nono Boletim do Observatório Internacional do Século XXI.

Sua história geopolítica e econômica, o futuro de sua convivência regional, e suas alternativas de inserção internacional, depois da eleição dos presidentes Lula, Milei e Maduro. E também, depois da posse de Donald Trump, com seu projeto de reafirmação do poder global dos Estados Unidos.

Além disto, este número passa em revista o primeiro ano de governo de Javier Milei, e analisa a “revolta da Síria”, a tentativa de golpe de estado da Coreia do Sul, e a nova política macroeconômica chinesa, anunciada para o ano de 2025.

SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL: UM CONTINENTE PARTIDO E TUTELADO	7
<i>Por José Luís Fiori</i>	
IDENTIDADE E HETEROGENEIDADE LATINA	11
<i>Por Wagner Sousa</i>	
A RELAÇÃO ECONÔMICA ENTRE OS EUA E A AMÉRICA DO SUL	14
<i>Por Andrés Ferrari Haines</i>	
A AMÉRICA DO SUL DIANTE DA EUROPA EM TEMPOS DE TRUMP	18
<i>Por Flávio Aguiar</i>	
AMÉRICA DO SUL ENTRE A CHINA E O TRUMP	21
<i>Por Elias Jabbour</i>	
O ENDIVIDAMENTO SUL-AMERICANO NA ERA TRUMP	24
<i>Por Mirelli Malaguti</i>	
O STATUS MILITAR DO CONTINENTE SUL-AMERICANO	28
<i>Por Daniel Barreiros</i>	
O BRASIL E A INTEGRAÇÃO BIOCEÂNICA	32
<i>Por Wagner Sousa</i>	
GEOPOLÍTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL	35
<i>Por William Nozaki</i>	
A NOVA POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA CHINESA PARA 2025	39
<i>Por Elias Jabbour</i>	
AFINAL, O QUE ACONTECEU NA SÍRIA E NA COREIA DO SUL?	42
<i>Por Flávio Aguiar</i>	
UM ANO DE MILEI, “EL MIMADO”	46
<i>Por Andrés Ferrari Haines</i>	
AMÉRICA DO SUL, UM CONTINENTE À BEIRA DO FUTURO	50
<i>Por José Luís Fiori</i>	

AMÉRICA DO SUL: UM CONTINENTE PARTIDO E TUTELADO

Por José Luís Fiori

A história sul-americana foi sempre condicionada por uma geografia extremamente difícil, por uma economia fragmentada e voltada para fora, e por uma submissão quase permanente à tutela militar da Inglaterra, no século XIX, e dos Estados Unidos, no século XX. É possível afirmar, de alguma forma, que até hoje o continente se debate com esses constrangimentos originários e estruturais.

i. uma geografia partida

O continente sul-americano está situada entre o Mar do Caribe, ao norte; o Oceano Atlântico, ao leste, nordeste e sudeste; e o Oceano Pacífico, a oeste. Sua superfície, de 17.819.100 km², ocupa 12% da Terra e possui 6% da população mundial. Está separado da América Central pelo Istmo do Panamá; e da Antártida, pelo Estreito de Drake, e tem uma extensão de 7.500 km desde o Mar do Caribe até o Cabo Horn, no extremo sul. Cerca de quatro quintos do continente ficam abaixo da Linha do Equador, que corta Peru, Colômbia, Brasil e o país que leva o nome de Equador. A América do Sul possui três grandes bacias hidrográficas: do Rio Orinoco, do Rio Amazonas e do Rio da Prata, e seus rios interiores possuem enorme potencial para navegação e aproveitamento de energia hidráulica. Os três sistemas drenam em conjunto uma área de 9.583.000 km².

No entanto, o mais importante, do ponto de vista geopolítico, é que se trata de um espaço geográfico inteiramente segmentado por grandes barreiras naturais que dificultam enormemente sua integração física, como é o caso da Amazônia e da Cordilheira dos Andes, que tem 8 mil Km de extensão e atinge 6.700m de altitude, oferecendo apenas alguns pontos de passagem naturais. Na região da Floresta Amazônica, predominam as terras úmidas; na região central do continente, áreas alagadas, como o Pantanal brasileiro e o Chaco boliviano; mais ao sul, há planícies e cerrados; e na costa leste, a floresta original cedeu lugar a agricultura, urbanização e indústria. O litoral atlântico é baixo e possui uma larga plataforma

marítima, ao contrário do litoral do Pacífico, que possui grandes profundidades e onde não existem plataformas continentais. Nos Pampas de Argentina, Uruguai, Paraguai e sul do Brasil, encontram-se as terras mais férteis do continente e algumas das melhores do mundo. Existem, ainda, algumas pequenas áreas com bons solos nos vales andinos e na zona central do Chile, na planície equatoriana de Guayas e no vale colombiano de Cauca, além das terras roxas, no lado brasileiro da bacia do Paraná.

Por outro lado, as terras da bacia Amazônica e a maior parte das planícies tropicais são muito pobres e de baixa fertilidade, o que explica o fato de que a população das terras tropicais da Venezuela, Guiana e Suriname viva quase toda a poucos quilômetros da costa. A combinação de montanhas e florestas tropicais também limita enormemente as possibilidades de integração econômica dentro do arco de países que se estende da Guiana Francesa até a Bolívia. No caso do Peru, por exemplo, existe uma clara divisão econômica e social em seu território, entre as zonas costeiras, onde se concentra a atividade extrativa e de exportação, e um interior extremamente isolado e atrasado economicamente. O Chile, por sua vez, possui um clima temperado e terras produtivas, mas é um dos países mais isolados do mundo, o que dificulta sua integração econômica com os demais países do “cone sul” – Argentina, Uruguai e Brasil – e o transforma obrigatoriamente numa economia aberta a exportadores, voltada quase exclusivamente para os EUA e os países asiáticos do Pacífico.

O mesmo se pode dizer dos demais países sul-americanos. Sua inserção na divisão internacional do trabalho, na condição de exportadores de commodities, reforçou sua ocupação econômica e demográfica inicial, dispersa e voltada para o litoral, sempre em busca dos mercados centrais, e com escasso interesse nos mercados regionais. Até o final do século XX, o Atlântico foi mais importante do que o Pacífico para o comércio de largo curso da América do Sul, e a presença de importantes bacias hidrográficas articuladas ao litoral atlântico, além da maior proximidade da Europa e dos EUA, desfavoreceu o lado pacífico do continente nos dois primeiros séculos de sua história independente.

Este panorama econômico vem mudando no século XXI, com o aumento da importância da bacia do Pacífico, graças ao deslocamento do centro mais dinâmico da economia mundial para o Leste e Sudeste Asiático, e à transformação da China no novo dinamismo da economia sul-americana. A “virada” ao Pacífico, entretanto, representa ao mesmo tempo um desafio e uma ameaça. Desafio pela dimensão financeira do projeto de integração bioceânica, e ameaça porque o desenvolvimento deste projeto só se

viabilizará com a participação da China, que está sendo definida pelos Estados Unidos, neste momento geopolítico do mundo, como seu grande competidor estratégico que deve ser cercado e bloqueado em todos os pontos do sistema econômico mundial.

ii. uma história tutelada

Do ponto de vista geopolítico, entretanto, a América do Sul viveu quase toda a sua história independente sob a tutela anglo-saxônica: primeiro da Grã-Bretanha, até o fim do século XIX, e depois dos Estados Unidos, até o início do século XXI. Além disso, durante o século XIX, foi uma zona de experimentação do “imperialismo de livre comércio” da Grã-Bretanha, e no século XX em particular, depois da 2ª Guerra Mundial, transformou-se num aliado incondicional da política externa norte-americana, que promoveu ativamente a redemocratização e o desenvolvimento do continente na década de 1950. Nos anos 1960, entretanto, depois da vitória da Revolução Cubana, os Estados Unidos apoiaram os golpes de Estado e a formação de governos militares em quase todo o continente sul-americano. E após o golpe que derrubou o presidente Salvador Allende no Chile, em 1973, incentivaram a mudança da política econômica dos governos sul-americanos, que abandonaram – em sua maioria – seu “desenvolvimentismo” do pós-guerra.

No início dos anos 1980, a política do “dólar forte” do governo americano provocou um forte desequilíbrio dos balanços de pagamento na América Latina e deu origem à “crise da dívida externa” que atingiu toda a região, liquidando definitivamente o modelo desenvolvimentista brasileiro que havia sido o mais bem-sucedido da região.

A crise se prolongou por toda a década, mas ao mesmo tempo conviveu com o fim das ditaduras militares e com o início dos movimentos de redemocratização de quase todos os países do continente. Mais uma vez, entretanto, os novos governos democráticos sul-americanos aderiram em conjunto ao projeto da “globalização liberal” liderado pelos Estados Unidos, e às políticas neoliberais do chamado “Consenso de Washington”, que produziram sucessivas crises cambiais – no México, em 1994; na Argentina, em 1999; e no Brasil, em 2001 –, antes de serem abandonados e substituídos por governos que tentaram levar à frente, durante uma década, uma agenda experimental antineoliberal, sem deixar de alinhar-se à estratégia geopolítica global de combate ao terrorismo comandada pelos norte-americanos.

Relembrando a história: depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, em Washington e New York, a política externa norte-americana mudou de rumo, relegando ao segundo plano as questões econômicas e priorizando o combate global ao terrorismo. Nesse novo contexto, o governo republicano de George W. Bush manteve seu apoio ao projeto da ALCA de integração econômica da América do Sul, proposto na década de 90 pela administração Clinton, mas já sem o entusiasmo das administrações democratas. Até porque a resistência sul-americana e, em particular, a oposição do Brasil e da Argentina após 2002, esvaziaram e logo engavetaram a proposta norte-americana em 2005.

Os EUA mudaram, então, seu projeto inicial e passaram a negociar tratados comerciais bilaterais com alguns países do continente. Assim, depois do fracasso das políticas neoliberais do Consenso de Washington, do abandono do projeto da ALCA e da desastrosa intervenção norte-americana a favor do golpe militar da Venezuela, em 2003, os Estados Unidos mudaram sua posição no que se referia aos assuntos continentais, atraídos cada vez mais pelos novos desafios que vinham da Ásia e do Oriente Médio, e do avanço da OTAN na direção da Europa do Leste. Essa tendência se fortaleceu na segunda década do século XXI, quando o esfacelamento da “ordem mundial” estabelecida depois da Guerra Fria e a mudança do foco geopolítico mundial reduziram a quase nada a atenção americana em relação à América do Sul, o que não impediu que eles apoiassem os golpes de Estado de Honduras, Paraguai e Brasil durante o governo democrata de Barack Obama.

Na terceira década do século, entretanto, depois da catástrofe da pandemia de Covid-19 e frente ao desafio das guerras da Ucrânia e de Gaza, e mais ainda, face ao deslocamento do eixo dinâmico da economia mundial na direção da Ásia e da China, em particular, a América do Sul reduziu ainda mais sua importância geopolítica e geoeconômica no sistema internacional, dividindo-se de cima abaixo frente ao conflito entre Estados Unidos e Venezuela, e desintegrando-se como um ator geopolítico global.

IDENTIDADE E HETEROGENEIDADE LATINA

Por Wagner Sousa

A ideia de integração latino-americana e mais recentemente, sul-americana, têm, evidentemente, uma dimensão cultural e mais especificamente identitária. Identidade costuma ser um fatores apontados que dificultam, para exemplificarmos com outro processo de integração regional, o paradigmático caso europeu, o avanço no processo de integração e o estabelecimento de maiores graus de solidariedade (o implica nas nações mais ricas assumirem custos econômicos). A dificuldade está no supranacional superar o nacional no imaginário coletivo. Alemães, em princípio, não querem subsidiar gregos, portugueses ou espanhóis, como se viu nas difíceis negociações para os pacotes de resgate da “crise da dívida” europeia em 2011, dívida essa essencialmente contraída por déficits comerciais destas nações...com a Alemanha. Em um grau de integração e institucionalização bem menor a mesma dificuldade se coloca na nossa região do globo.

Na América Latina, os Estados surgiram a partir da emancipação de sua condição de colônias das metrópoles europeias, com suas economias extrativistas e exportadoras e sociedades escravistas e desiguais, com grande opressão aos indígenas e, em muitas partes, aos negros. O caráter escravocrata e racista das sociedades latino-americanas constituiu, desde o início, formações sociais assentadas na extrema desigualdade econômica e também política. Nos Estados Unidos, em sua parte sul especialmente, a escravidão também conformou um sistema político e econômico muito desigual. Têm-se aqui, no entanto, a importante diferença de se tratar da identidade nacional estadunidense, uma construção ideológica muito mais forte do que a ideia de uma identidade de um conjunto de países. O que se quer destacar neste parágrafo é a formação identitária na América Latina, constituída a partir de um espaço de exploração econômica dos europeus, multifacetada em vários “Estados Nacionais”, estes formados por várias etnias e culturas.

A formação dos Estados Nacionais, no seu núcleo original na Europa, deu-se como produto de um processo secular de muitas guerras, graduais centralizações de poder e estabelecimento, a

partir da “Paz de Westphalia”, em 1648, da ideia de “soberania”. A noção de homogeneidade étnica, linguística e cultural, de um “passado comum”, construído em grande medida a partir de mitos fundadores, lastreou a construção dos “Estados Nacionais” europeus. Portanto, diferentes processos históricos marcaram a formação da “nacionalidade” na América Latina e na Europa e mesmo também quando se considera a formação dos Estados Unidos em relação aos Estados europeus.

As pesquisadoras Marine Bolfarine Caixeta e Simone Rodrigues Pinto, especialistas em estudos latino-americanos pela Universidade de Brasília, no texto para o *Le Monde Diplomatique* “A difícil problemática da identidade para a integração” destacam a questão da identidade regional latino-americana, a relação e as diferenças com a potência que se afirmou no hemisfério: “No século XIX, os Estados Unidos despontavam como uma potência regional. Em 1823, a criação da Doutrina Monroe, com o lema ‘América para os americanos’, evidenciou suas ambições imperialistas em relação ao continente. Inicialmente apenas uma advertência às potências europeias no sentido de que não tentassem reativar o domínio colonial sobre o continente, ainda no século XIX a doutrina passou a ser utilizada como justificativa intervencionista em todo o continente. Seu lema poderia ser lido, portanto, como a América para os norte-americanos. Nesse contexto, temendo o crescimento imperial dos Estados Unidos e da Rússia e a consequente superação dos franceses ocorrida, Michel Chevalier defende o papel de liderança da França no que ficou conhecido como ‘pan-latinismo’, uma vez que seu país seria o guardião de uma cultura latina. Assim, duas origens da civilização europeia estariam reproduzidas no “Novo Mundo”: a romana e a germânica. Isso justificaria essa divisão entre a América do Sul, católica e latina, e a América do Norte, protestante e anglófona. A partir daqui nasce não o nome “América Latina”, mas sim a ideia de uma América Latina, intensificada após a Segunda Guerra Mundial, principalmente por meio da ação dos organismos políticos multilaterais e o conceito de ajuda externa, muito presente na política externa dos Estados Unidos.” A uma diferença na origem de suas partes, de caráter étnico e religioso, no continente americano, se soma, como descrito, a questão geopolítica e a subordinação da região ao EUA. A identidade regional, além das identidades nacionais, busca em muitos momentos se firmar como contraponto a uma grande potência que tem interferido sistematicamente nos destinos dos países da região.

Mas assim como não há propriamente uma “identidade europeia” que faça as diferentes nações rumarem a uma efetiva

federação política, um poder comum acima de seus entes nacionais, “identidade latino-americana” é algo bastante fluido. Os europeus, de toda forma, lograram constituir a União Europeia, que a despeito de seus problemas, foi o passo mais ousado em um processo de integração regional. Não se está falando de algo parecido na América Latina, e sim de arranjos político-institucionais bem menos complexos, ainda que importantes. A Europa, todavia, serve, em grande medida, como modelo. Instituições como Mercosul, Unasul, Alba, Celac, Caricom são tratativas entre países vizinhos de uma mesma região do “Sul Global” para cooperação e intercâmbio, especialmente econômico, com vistas à superação do subdesenvolvimento. A região, contudo, tem vivido nos anos recentes um processo político de divisão e radicalização no interior dos seus países, à semelhança com o que ocorre em muitas nações do mundo, destaque para o chamado “mundo desenvolvido”. Também na América Latina vivenciamos a ascensão da extrema direita e do nacionalismo em detrimento de acordos e instituições internacionais.

A conjuntura, portanto, é desfavorável. Entretanto permanece a ideia de uma “identidade latino-americana”, que, mesmo estando mais presente nos desejos de dirigentes políticos, ativistas e intelectuais progressistas que se dedicam a pensar os problemas da região do que na realidade é, de qualquer forma, a percepção de uma história comum e de um destino comum, que pode, ainda que em momento futuro, possibilitar a confluência da ação política e a afirmação perante os poderes dominantes do mundo.

A RELAÇÃO ECONÔMICA ENTRE OS EUA E A AMÉRICA DO SUL

Por Andrés Ferrari Haines

Tal como aconteceu durante a sua primeira presidência, a América Latina é vista como região crucial no projeto global de Donald Trump. Durante o primeiro governo Trump, a retórica de confronto com a China, a ruzgas com os europeus e a Covid-19, terminaram por restringir as suas ações na região, apesar desta ser uma parte essencial do seu objetivo “América em primeiro lugar”.

Deixando de lado as formas de tratamento – mais bruscas ou suaves; mais violento ou pacífico – Trump não foge à regra entre os presidentes estadunidenses ao avaliar que, fundamentalmente, a América Latina é um espaço que deve servir os interesses do seu país.

O principal objetivo de Trump é que o seu país volte a ser a principal economia do mundo, o que significa recuperar a liderança industrial global que foi perdida para a China – com outros países do Sul global também a serem vistos como rivais. Implicitamente, pretende-se que isto seja alcançado preservando a visão social neoliberal das últimas décadas de extrema concentração da riqueza interna nos Estados Unidos sob o domínio de grandes corporações e bancos internacionalizados.

Para isso, a América Latina se apresenta como um espaço econômico crucial para a recuperação econômica e industrial dos EUA: mão de obra abundante e barata, fonte de matérias-primas essenciais, mercados externos para sua produção e oportunidades para investimentos reais e financeiros lucrativos, pois também é basicamente sujeita a hegemonia do dólar.

Para sua segunda presidência, Trump já deixou claro que o seu caminho será o mesmo. O seu foco é a economia americana, embora os meios possam não ser econômicos. A imprensa e os analistas já destacam o carácter fortemente belicoso e militarista dos nomeados para os principais cargos da política externa. Na América Latina destaca-se a hostilidade com Venezuela, Cuba e Nicarágua, com menções ao Haiti, Peru e Brasil.

Esse tom mais assertivo já refletiu-se nas suas relações com o Canadá, que já levaram à demissão do seu presidente Trudeau. Como parece que Trump tenha relegado o Canadá a parte da “América Latina”, sua política americanista já chamada de Doutrina Monroe verdadeiramente continental.

O Canal do Panamá demonstra que o principal objetivo desta atualização da Doutrina Monroe é expulsar a presença chinesa na região. Trump criticou o recém-falecido ex-presidente Jimmy Carter por ter cedido "tolamente" o Canal do Panamá e denunciou que este é atualmente fortemente afetado pela China, que controla dois dos cinco portos adjacentes ao canal: Balboa, no Pacífico, e Cristóbal, no Caribe.

Trump considera que a China transformou o Panamá num centro geográfico e comercial, posicionando-se estrategicamente para o avanço político, económico e militar - sendo que para o seu país é "um bem nacional VITAL... devido ao seu papel fundamental para a economia e a segurança nacional" dos EUA. Trump denuncia o Panamá por retribuir a extraordinária generosidade que seu país lhe concedeu, cobrando tarifas ridiculamente altas aos navios americanos.

México já foi destino das agressões verbais de Trump por culpá-lo por males como as drogas e a imigração ilegal, que recebeu resposta correspondente por carta da presidente mexicana, Claudia Sheinbaum. A questão da imigração é fundamental para Trump para melhorar o nível de vida dos seus compatriotas sem alterar a natureza classista das políticas económicas, fiscais, sociais ou fiscais.

A ideia é que, simplesmente expulsando massivamente entre 15 e 20 milhões de trabalhadores ilegais, será possível melhorar as condições de vida dos “americanos” – com destaque para observar que, por isso, se entende fundamentalmente os de ascendência branca, prevalecendo uma política agressiva com descendentes latinos, africanos, indígenas e asiáticos.

Trump já apontava nesse sentido ao indicar que a recuperação da economia passaria pela redução de impostos e pela imposição de tarifas para, ao mesmo tempo, reduzir anualmente o déficit público e obter um crescimento real, ambos de 3%. Esta estratégia, que se chama as três setas, exigirá que os EUA continuem a importar ao mesmo nível para aumentar as receitas fiscais e aumentar as suas próprias exportações globais para não dependerem da emissão de dívida para financiar o déficit externo ou fiscal.

Neste cenário, a importância da América do Sul cresce quando se considera que se Trump impõe tarifas (25% aos seus vizinhos Canadá e México, além de 60% à China), estaria afetando aos seus principais parceiros comerciais no valor de 1,8 bilhões de dólares anualmente. Qualquer redução por razões econômicas ou retaliação terá impacto não só na cobrança de tarifas, mas em todo o projeto econômico de Trump.

A China tornou-se o principal parceiro comercial e econômico da maioria dos países da região, especialmente da Argentina, do Brasil, do Chile e do Peru. Na recente reunião do G-20 no Rio de Janeiro, a China anunciou 37 projetos com o Brasil, e embora não o tenha feito com a Argentina, o presidente Javier Milei mudou 180 graus o tom de confronto usado até então de que “não daria acordo com comunistas.”

Mas o acontecimento recente mais notável é a inauguração, em 14 de novembro, por Xi Jinping com a Presidente peruana Dina Boluarte, de um porto de 3,6 mil milhões de dólares em Chancay, no Peru – que, assim, se tornou o segundo maior receptor de investimento direto estrangeiro chinês na América Latina. Esse porto faz parte do corredor marítimo e terrestre sob o qual a China pretende unir-se à América Latina.

É um porto estrategicamente posicionado e tecnologicamente modernizado que permite à China o acesso ao cobre peruano, que foi inaugurado durante a cúpula da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC) em Lima, onde o presidente dos EUA, Joe Biden, é visto marginalizado da atenção que girava entre os mais de 20 países membros ao redor da China. Para muitos analistas, foi uma expressão da diminuição da influência dos EUA na América Latina. Para o Financial Times, um Biden marginalizado nas “fotografias da cimeira servem como metáforas para o eclipse dos Estados Unidos pela China na América Latina, uma região que Washington costumava chamar de seu quintal”.

A China tem feito grandes investimentos em infraestruturas a nível mundial. Estas construções em áreas como, por exemplo, portos, telecomunicações e instalações espaciais, são preocupantes para os EUA porque são consideradas de “dupla utilização”, uma vez que para além da sua dimensão comercial, poderiam também servir para operações do exército chinês, melhorando as capacidades de projeção de poder global de Pequim e vigilância ou neutralização de navios americanos. Além do Canal do Panamá, a China está presente no Mar do Caribe e na Antártida.

Além disso, a América do Sul poderia ampliar sua presença no BRICS+ e no projeto de desdolarização da economia mundial,

que Trump já anunciou que buscará bloquear através de sanções. O Brasil é membro fundador dos BRICS, a Bolívia virou país-parceiro enquanto a entrada da Venezuela está sempre latente. Além do Peru, aparentemente, a Colômbia também poderia ser outro possível futuro membro com o seu presidente de tendência esquerdista, Gustavo Petro. Já a Argentina estava muito próxima de se associar ao grupo, movimento revertido pelo governo Milei

A retórica de Trump está levando muitos analistas ressaltarem o interesse do novo governo dos EUA em reviver a bicentenária Doutrina Monroe. Entretanto essa perspectiva nunca deixou de existir para os Estados Unidos. Basta lembrar as expressões sistemáticas ao longo do Governo Biden por parte de Laura Richardson, chefe do Comando Sul que acaba de se aposentar, sobre a importância dos recursos naturais da região.

Em dezembro de 2019, Trump lançou o programa Growth in the Américas, que acabou deixando de lado devido a pandemia, que colocou o desafio de “facilitar a prosperidade e a segurança econômica, e um bom governo” tornando possíveis os investimentos de 100 a 150 bilhões de dólares em novos investimentos anuais em infraestrutura que a região necessita, colocando diversas agências do Governo dos EUA como principais financiadores.

O tom era próximo ao da “Boa Vizinhança” dos anos 30. Resta saber o que será desta vez. Mas o que está claro é que a América do Sul será um importante foco de pressão e interferência de Trump.

A AMÉRICA DO SUL DIANTE DA EUROPA EM TEMPOS DE TRUMP.

Por Flávio Aguiar

A recente assinatura do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia desencadeou uma série de críticas veementes ao governo Lula por parte de setores (já dá para dizer, opositores) que se consideram mais à esquerda no nosso espectro político.

“Uma nova Alca”, “retorno à condição de colônia”, “uma fria para o Brasil”, “um acordo natimorto”, “fim da política industrial”: eis alguns epítetos lançados sobre a assinatura e o governo Lula. De um modo geral, estas vozes caracterizam o acordo como uma herança do governo Bolsonaro. Houve também vozes entusiastas do liberalismo econômico e outras mais cautelosas apontando vantagens geopolíticas na assinatura. Houve até quem sugerisse que o Brasil deveria ter abandonado o acordo e passado a pensar em outras alternativas para abrir mercados e frentes políticas. Como se no tempo diplomático fosse comum jogar vinte anos pela janela.

Cautela e caldo com vitaminas nunca fizeram mal a ninguém, muito menos a diplomacia. O acordo e suas perspectivas não são uma herança do governo Bolsonaro. São uma herança de vinte anos de negociações tortuosas que o governo do candidato a Messias atravessou.

O governo passado deu-lhe uma inflexão subordinada. O governo Lula reverteu esta inflexão em vários pontos. Ainda há muito a percorrer e debater, é certo. Mas o gesto da assinatura colocou pelo menos uma boia positiva no pantanal escorregadio e opaco do atual mapa geopolítico.

O gesto da assinatura em Montevideu retirou o Mercosul do borralho em que se encontrava e recolocou-o no tabuleiro sul-americano e atlântico.

Neste tabuleiro, o Paraguai, quase sempre à direita, é um peão: indispensável, mas de estatura menor. O Uruguai, com sua direita mais civilizada do que a média e sua esquerda cautelosa, parece um bispo: peça auxiliar, mas não decisiva. O Brasil é uma torre: de economia apesar dos pesares mais sólida do que os demais

parceiros, de diplomacia de prestígio profissional, com movimentos paquidérmicos no mais das vezes defensivos do que ofensivos, apesar das investidas na África e alhures, agora retomadas depois que a constelação Temer/Bolsonaro as fizera recuar. E a Argentina, agora de Milei, é o saltitante cavalo, nova menina dos olhos dos mercados financeiros e dos jornalistas a seu serviço e bruxa maligna para os direitos humanos e trabalhistas, além de outras barbaridades. Pois até este eclético cavalo teve que se curvar às circunstâncias e participar da assinatura, mesmo que a contragosto e com Milei fazendo caretas e esperneando, pedindo mais flexibilidade que permita a assinatura de acordos individuais e paralelos. Tirado das cinzas e repostado no tabuleiro, o Mercosul pode voltar a atrair Bolívia, Chile, Colômbia, pelo menos, talvez até a defensiva mas belicosa Venezuela, agora às turras com o governo brasileiro.

Olhemos agora para o outro lado. Ursula von der Leyen, que se tornou a arqui-conservadora líder da Comissão Europeia, desde que escapou da órbita da conservadora Angela Merkel, precisava de algo para soprar as brasas da União, mais cinzentas do que vivas e rubras, numa Europa à deriva e sem rumo.

Há sérios sinais de que a União Europeia esta se fragmentando de facto, senão de direito. Vários países estão retomando o controle policial de suas fronteiras terrestres, burlando por debaixo ou por cima o acordo de Schengen. Os partidos de extrema-direita crescem nas pesquisas e nos votos, dominando a pauta política não só dos partidos conservadores tradicionais, mas influenciando até os de esquerda, como é o caso do Bündnis Sarah Wagenknecht, na Alemanha, que dá barretadas às cargas de cavalaria anti-imigrantes e refugiados que avançam no continente. Os governos da França e da Alemanha estão fragilizados; é provável que o Partido Social-Democrata perca o governo alemão na eleição federal de fevereiro. Macron passou a depender do voto útil das esquerdas para sobreviver às investidas de Marine Le Pen e seu Rassemblement National, mas as despreza na hora de formar governos. Partidos de extrema-direita dominam países como a Hungria e a Itália, influenciam direta o indiretamente os governos dos países escandinavos, Portugal e podem agora tomar Viena. O Vox e o PP acoçam sem parar o governo de Pedro Sanchez na Espanha.

Todos os governos da União e os que estão fora dela se vêm acoçados pela guerra na Ucrânia, que lhes consome verbas, tempo e capital político. Ao mesmo tempo a situação no Oriente Médio os força a apoiar a política genocida e de apartheid do governo de Israel em relação aos palestinos. Em todos eles cresce a política

armamentista que, se de um lado reforça a russofobia e a “defesa” do continente atrelada à agressiva política norte-americana encastelada na OTAN, de outro favorece os surtos nacionalistas das velhas rivalidades continentais e históricas.

Diante e dentro deste quadro a assinatura daquele acordo, em termos geopolíticos, parece mais uma boia de salvação do que um cruzeiro de vento em popa, mais um valo de incertezas do que um verde vale de conquistas.

O acordo conta com o apoio entusiasta da indústria alemã, combalida e claudicante, sequiosa de novos mercados. Mas enfrenta uma oposição feroz do agrobusiness europeu, da Espanha à Polônia (chamar seus líderes de “agricultores” equivale a condecorá-los com uma aura familiar completamente fora do lugar).

Diante deste quadro, o que pode a América do Sul esperar da Europa, além de um sangue desvitalizado, de um suor mais de febres e calafrios do que de trabalho produtivo, e de lágrimas de impotência? Não muito, convenhamos. Ainda mais no momento em que a ameaça Trump paira no horizonte, cevada pelo super-herói ou vilão Elon Musk e com o apoio pró-ativo mas subserviente de Zuckenberg.

AMÉRICA DO SUL ENTRE A CHINA E O TRUMP

Por Elias Jabbour

O mundo vive uma época muito interessante do ponto de vista intelectual. Interessante não quer dizer que vivemos um momento histórico onde grandes ideias surgem com capacidade de nos entregar sínteses sobre algo de novo que está em movimento. Na verdade, a grande novidade é a China e a forma histórica que se desenvolve por aquelas bandas. Um processo histórico onde uma economia de projeto de novo tipo ressurgiu com muita força; causa e consequência de novas e superiores formas de planificação econômica que foram sendo inauguradas nas últimas décadas em uma espiral onde inovações tecnológicas disruptivas foram sendo rapidamente absorvidas pela Gosplan 4.0.

O pano de fundo desta “novidade” é o desenvolvimento de uma nova formação econômico-social que desafia as certezas de marxistas vulgares sobre a natureza exata do chamado “dever ser” sobre o socialismo. Curiosamente, esta nova formação econômico-social, fruto das reformas econômicas de 1978 aproveitou-se de simplesmente todas as brechas abertas pelo processo de financeirização capitaneado pela grande finança estadunidense. Ou seja, a financeirização e, mesmo o dólar, é a outra face da moeda explicativa da emergência da China enquanto “grande novidade”.

Essa “grande novidade” teve sua contraparte em um processo de desestruturação de projetos nacionais autônomos em uma região do mundo em particular. Referimo-nos à América Latina. Ora, China e América Latina são dois personagens fundamentais para entender o momento histórico em que Reagan, via um mix entre neoliberalismo e renascimento do keynesianismo militarizado, buscava retomar sua hegemonia abalada pela derrota na guerra do Vietnã, pelo dinamismo econômico crescente da Alemanha e Japão, o surgimento de um “tigre asiático” gigantesco na América Latina (Brasil) e uma ofensiva geopolítica soviética sobre a África e a América Latina. Uma verdadeira onda de contrarrevolução e guerra suja em nível mundial fora lançada.

No campo das ideias, o pensamento econômico vulgar ganhava estatura de “pensamento único” com ideias-força de “Estado Mínimo” e “globalização” como produtos de exportação dos

países ricos combinado com expressiva elevação dos gastos públicos em países como Estados Unidos, França e Alemanha e a transformação do mundo em uma “ditadura militar global” sob a farsa da defesa dos direitos humanos enquanto justificativa de extraterritorialidade. Enfim, a festa do “desenvolvimento a convite” chegava ao fim.

Voltemos para o mundo hoje, quase cinco décadas depois de alguns desses acontecimentos. A dinâmica financeirizada da economia erodiu o dinamismo estadunidense, retardando o desenvolvimento do país, sua capacidade de inovação tecnológica e de execução de grandes políticas industriais. O resultado é evidente na relação entre processo de desindustrialização do país com o aumento exponencial das desigualdades sociais. A fratura social é uma realidade dos EUA que se estende a toda Europa Ocidental. Crises financeiras recorrentes foram demolindo as possibilidades do capitalismo se reinventar e o crash de 2008, juntamente com a pandemia do COVID-2019 apenas expressaram as fragilidades de um sistema em overdose.

Enquanto isso a distância entre a China e os países capitalistas desenvolvidos diminuiu de forma muito mais acelerada do que imaginavam os competentes herdeiros de Mao Zedong. A cada crise financeira, a distância foi-se diminuindo até que em 2013 fora lançada a Iniciativa Cinturão e Rota e junto com ela uma proposta de globalização antitética à promovida pelo Consenso de Washington. A China, ao se transformar em uma imensa máquina de produção de valores de uso, passou a criar tendências ao desenvolvimento do Sul Global com uma globalização baseada não somente em investimentos em infraestruturas, mas também em interessantes acordos de cooperação industrial e tecnológica que aponta à tendência da superação da tendência de deterioração dos termos de troca entre centro e periferia. A China passou a ocupar posições de forma muito rápida por todos os continentes do mundo de forma completamente distinta da então URSS. A América Latina não passou ilesa desta tendência de inserção no circuito internacional de comércio e investimentos chineses.

Como Reagan no passado, Trump tentará acabar com essa “festa”. Mas enfrentará problemas. Seu país não tem condições de entregar mercado e investimentos produtivos e em infraestruturas aos países da América Latina. Bom lembrar de uma cena dantesca da venda, por Biden, de trens velhos ao Peru na mesma semana em que se inaugurou o megaporto de Chancay no mesmo país com investimentos realizados de US\$ 3,5 bilhões. Além de mudar a face da economia peruana, o impacto geopolítico deste porto ainda é algo a ser mensurado. Ainda mais se, finalmente o Brasil, enfrentar seus

dilemas internos e aceitar um maior engajamento com a China e virar realidade a ferrovia bioceânica, “furando o olho” dos EUA no Canal do Panamá.

A solução de Trump, para a América Latina e ao mundo, será a quebra de todas as regras possíveis e imagináveis. No front interno já enquadrou as bigtechs a cumprirem seu país no “Make America Great Again”, dobrando a aposta nas guerras híbridas de quinta e sexta geração. As pressões sobre Cuba e Venezuela deverão recrudescer e o Brasil deverá voltar a ser o grande laboratório desta nova fase em que o imperialismo se reinventa enquanto força desestabilizadora. A sociedade brasileira, incapaz de pensar por si própria acrescida de um governo encurralado por suas próprias contradições e síntese de uma esquerda que se esqueceu de pensar o nosso lugar no mundo (leia-se, “lugar na guerra”) está, e continuará estando, altamente vulnerável. Vulnerável em um mundo onde o jogo da poder e da guerra se dá diretamente na manipulação mental via algoritmos e formação em massa de seres humanos sem nenhuma capacidade de diferenciar tanto entre o certo e o errado quanto o que é (ou não) fundamental aos interesses da nação da qual se pertence.

Ao que tudo indica, a América Latina passará por outro duro teste.

O ENDIVIDAMENTO SUL-AMERICANO NA ERA TRUMP

Por Mirelli Malaguti

Em 1823, foi criada nos Estados Unidos a “Doutrina Monroe” que defendia a liderança continental de seu país sendo popularizada pelo slogan “América para os americanos”. Ao longo do século XIX, ela foi sucessivamente reinterpretada, até conformar-se, na virada do século, aos interesses intervencionistas do imperialismo dos EUA, que se afirmavam como potência hegemônica na região. Contudo, foi com o “Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe” que os EUA passaram, “falando baixo e um porrete na mão”, a usar as dívidas públicas dos países da América Latina para intervir em suas finanças públicas, aduanas e criar o primeiro sistema ouro-dólar.

Nesse contexto, foi elaborado o documento “Plans for Promoting Monetary Reform”, implementado nesses países, que deveriam seguir nas negociações de dívida com os banqueiros estadunidenses para reorganizar seus sistemas. William Taft (1909-1913), sucessor de Roosevelt expandiu o modelo criado e cunhou a expressão “Diplomacia do Dólar”. Desde então inúmeras intervenções, sejam elas de cunho militar, político, econômico ou comerciais, foram as formas de tratar a América do Sul, área quase que exclusiva de sua influência, vulgarmente chamada de “quintal dos interesses norte-americanos”.

Se os anos de crescimento e desenvolvimento da América do Sul, em especial entre 30 e 70, sugeriram a possibilidade de um projeto mais soberano, rapidamente foi destruído com o choque de juros e o fim dos fluxos financeiros, que levou a conhecida “crise da dívida” dos anos 80, e acabaram levando ao alinhamento do processo de liberação e globalização da economia sul-americana sendo reposicionados como meros provedores de commodities e matérias-primas.

Com o fim da URSS, os EUA assumiram isoladamente a liderança de um projeto de ordenação mundial imperial, em que sua moeda era a base do sistema monetário internacional e sua dívida pública o principal ativo financeiro dos governos do mundo. Liderança que vem encontrando obstáculos nos últimos anos com as “guerras sem fim” no Oriente Médio, a expansão chinesa, a

resistência russa na Guerra da Ucrânia. Se as sanções econômicas e comerciais aplicadas pelos EUA à Rússia e à Venezuela, por exemplo, buscavam o realinhamento desses países, o que se viu foi a intensificação do processo de desdolarização.

Trump se reelegeu tentando retomar a liderança estadunidense. No novo contexto, a China e os Russos estreitaram laços econômicos, capazes de manter a força russa a despeito das sanções dos EUA, o Oriente Médio em guerra contra Israel, seu aliado histórico, a reaproximação entre o Irã e a Arábia Saudita, uma Europa em crise econômica e sem rumo. A África de crescente importância aproximando-se ao eixo sino-russo.

Nesse contexto, a América do Sul, tradicionalmente, uma região com menor importância geopolítica, e vista como o “quintal de casa” pelos EUA, aparentemente é considerada por Trump como facilmente submetida por seu poder monetário e econômico. Analistas acreditam que as políticas protecionistas prometidas pelo presidente eleito levarão ao aumento dos juros e da inflação dentro dos EUA, provocando desvalorização das demais moedas nacionais, o que levará por sua vez, o aumento da dívida externa dos países sulamericanos endividados em dólares e de suas taxas de inflação, paralisia fiscal dos seus estados e estagnação de suas economias.

Nessa visão, Trump e seu staff podem acreditar que facilmente podem reorganizar e submeter a América do Sul de forma similar ao ajuste da década de 80, isto é, com o estrangulamento de suas economias com o choque de juros e diminuição da liquidez internacional. E posterior “resgate” pelas políticas e reformas neoliberais” impostas pelos “programas de ajuste” do FMI.

De fato, os países da América do Sul vêm sofrendo pressões fiscais, com tendência a deterioração de suas contas públicas. Em especial, com a elevação dos juros internacionais e consequente desvalorização de suas moedas e aumento da inflação que vem forçando o aumento das despesas públicas. A despesa primária aumentou em função dos gastos com a dívida externa e a indexação ou de aumentos discricionários nos benefícios sociais para acompanhar a elevada inflação passada (Brasil, Colômbia, Uruguai) e para apoiar o crescimento em alguns casos. As faturas de juros continuam a aumentar à medida que os custos dos empréstimos atingiram o seu pico, embora já estejam começando a cair em alguns locais, mas em níveis ainda acima dos custos efetivos dos montantes de dívida existentes. Tendo o Brasil com uma das maiores gastos com o serviço da dívida externa em 11% do PIB, Colômbia 8%, Argentina 7%, Equador 6%, Peru 5%, Bolívia e Paraguai 4%.

Contudo, da década de 80 para os anos atuais é fundamental analisar outras variáveis. A primeira é de que naquele momento as economias estavam fortemente endividadas em Dólar e não possuíam reservas internacionais significativas, dependendo basicamente dos fluxos financeiros internacionais para seu refinanciamento, sendo em grande parte de curto prazo. Atualmente, o Brasil que é o maior endividado externamente na região tem quase 60% desse total em reservas, Peru com 80%, Paraguai e Uruguai com cerca de 38%, Colômbia 30%, e em situação de maior fragilidade tem-se a Bolívia com 11%, Equador 8% e Argentina 9%.

Por outro lado, é importante analisar o peso das dívidas externas de curto prazo sobre o estoque total. Com exceção da Argentina que tem 20% de sua dívida externa de curto prazo, temos Brasil com 13,3%, Peru 14,2%, Paraguai com 13,3% e Colômbia 10%, os outros países com valores abaixo de 5%. A considerar o tamanho das reservas e das dívidas de curto prazo, conclui-se que a maioria dos países possuem margem de manobra, de forma que não se encontram insolventes de modo repentino, à exceção de Argentina, Bolívia e Venezuela, que possuem reservas mais baixas.

Portanto, o uso das medidas da década de 80 sobre os países sulamericanos pode trazer danos, mas não deve gerar o mesmo resultado de alinhamento já que o contexto é diferente, e a multipolaridade levar esses países para outros lados. Atualmente, a China é o maior ou um dos maiores parceiros comerciais dos países da América do Sul, sendo o maior do Brasil, Chile e Peru. Ademais Argentina, Peru, Bolívia, Chile Guiana, Suriname Uruguai e Venezuela já fazem parte da iniciativa da Cinturão e Rota chinesa.

Um “Corolário Trump da Doutrina Monroe” na tentativa de endurecer as relações comerciais e diplomáticas com a América do Sul, pode ter efeitos negativos nas finanças sulamericanas, entretanto, também pode ter efeitos colaterais como fortalecer os BRICS. Lembrando que até o Javier Milei, o aliado por opção, mudou seu tom afrontoso com a China ao ver os 37 projetos que os chineses anunciaram para o Brasil na reunião do G-20, abrindo possibilidades de diálogo “com os vermelhos, sujos comunistas”, como quem ele chegou a anunciar que não faria acordos. Ressalte-se que o financiamento da China já vem sendo uma das alternativas da Argentina, de forma que 13% de sua dívida externa é com os chineses.

O Brasil hoje já vende mais para os países dos BRICs do que para os EUA e a UE juntos, tendência de toda América do Sul. A proposta dos BRICS em realizar comércio entre os países integrantes fora do Sistema SWIFT, sem o uso do Dólar, é um dos

efeitos colaterais das sanções impostas à Rússia, com a exclusão de bancos russos desse sistema, após o país ter invadido a Ucrânia. Trump vem afirmando que colocará sanções pesadas para os países que aderirem a essa nova forma de comércio internacional com tarifas alfandegárias de 100% sobre seus produtos, o que contribuirá para diminuição do comércio internacional e aumento da inflação, com impacto nos dois lados. Portanto, tentativas de Trump em aumentar a pressão sobre os países sulamericanos pode ser contraproducente para os interesses estratégicos dos EUA.

O STATUS MILITAR DO CONTINENTE SUL-AMERICANO

Por Daniel Barreiros

Se considerarmos os orçamentos e o pessoal ativo no total da população, a América do Sul apresenta níveis apenas moderados de militarização. Isso contrasta de forma expressiva com a concentração de recursos naturais nesse continente, incluindo recursos hídricos, e que por força das circunstâncias exigem capacidades de controle territorial e dissuasão pelos estados nacionais da região.

Países do Oriente Médio, como Israel e Arábia Saudita, em um contexto geoeconômico igualmente complexo, frequentemente mantêm mais de 10 militares por 1.000 habitantes, enquanto na América do Sul essa proporção geralmente varia entre 2 e 5 militares por 1.000 habitantes, dependendo do país. O Brasil, o maior país do continente, possui cerca de 1,7 milhão de militares e reservistas em uma população de 216 milhões, representando uma proporção relativamente baixa. Na América do Sul, os gastos militares representam geralmente entre 1% e 2% do PIB, abaixo de regiões como América do Norte e Europa, onde podem ultrapassar 3% do PIB, como nos EUA e na Polônia.

Tudo isso indica um alto grau de exposição geopolítica dos estados-nação sul-americanos, em um contexto cada vez mais incerto acerca das garantias de resolução pacífica de conflitos na terceira década do século XXI. Embora as ameaças de incorporação do Canadá e da Groenlândia feitas pelo atual chefe de estado norte-americano sejam apenas bravatas, elas certamente são algo mais do que se tivessem sido proferidas por um polemista qualquer.

Mas mesmo a força dos números já não basta na guerra moderna. Vivemos em um contexto militar no qual as forças são cada vez mais especializadas, mais profissionalizadas, e tecnologicamente intensivas. Os choques convencionais entre forças militares seguem no portfólio de opções das grandes potências - vide a guerra Russo-Ucraniana -, a despeito da crescente importância da guerra cibernética e das operações de guerra híbrida no front interno. O controle territorial e a dissuasão requerem ativos militares modernos; e pesando ainda mais sobre as desvantagens numéricas sul-americanas, está a sua quase

absoluta dependência tecnológica em relação a potências estrangeiras. Esse é um prospecto que dificilmente pode ser revertido no curto prazo, embora os exemplos da Índia e da China soem como promissores. Há, contudo, um abismo entre as condições políticas e econômicas que permitiram a Délhi e a Pequim garantir suficiente autonomia tecnológica militar nacional, e aquelas vigentes na América do Sul.

Nem mesmo no que diz respeito ao básico (armas leves, blindados, artilharia), os países mais militarizados da região contam com autonomia. A relativa exceção é o Brasil, com uma indústria de defesa suficientemente consolidada para a produção de seus próprios veículos blindados, como o formidável Guarani VBTP-MR (mas mesmo nesse caso, em parceria com a italiana IVECO), em serviço desde 2014, e também exportado para o Líbano, Gana e Filipinas. O Brasil produz o sistema de mísseis ASTROS II (Avibras), operado não só pelo exército brasileiro mas pelas forças armadas do Iraque, Bahrein, Catar, Arábia Saudita, Indonésia e Malásia.

A comparação com as demais nações mais militarizadas da América do Sul é impactante. A Argentina encontra-se estagnada, mantendo em operação o obsoleto TAM (Tanque Argentino Mediano) em serviço desde 1983, e não conta com capacidade de produção nacional de armas de artilharia. A Venezuela, também desprovida de uma indústria de defesa sólida, depende de importações da Rússia e da China, como no caso do tanque T-72 e do sofisticado sistema de mísseis S-300. A Colômbia e o Peru são igualmente dependentes de importações e da assistência técnica provida por potências estrangeiras.

No que tange ao poder naval, somente o Brasil conta com capacidade, ainda que limitada, de construção de vasos de guerra. A marinha brasileira encontra-se em processo de substituição das fragatas classe Niterói (operadas desde 1975) pela sofisticada fragata classe Tamandaré, com projeto e produção nacionais, em parceria com a Thyssenkrupp Marine Systems. Na América do Sul, é o único país capaz de construir submarinos convencionais, e através do PROSUB (em parceria com a França) pretende comissionar um submarino nuclear até 2034. A Argentina conta com estaleiros militares capazes de produzir as corvetas da classe Espora (com apoio alemão, e já obsoletas) e pequenos navios de patrulha costeira. Nos anos 1980 a Argentina era a única nação sul-americana com capacidade de construção de submarinos (classe TR-1700), mas atualmente a infraestrutura de engenharia e logística necessária encontra-se fora de operação, e tecnologicamente defasada. Venezuela, Colômbia e Peru não

contam com construção naval militar significativa, e operam submarinos da classe Kilo (importados da Rússia) e Tipo 209 (modelos de exportação, produzidos na Alemanha).

No que tange o poder aéreo, a situação é ainda mais complicada. Mais uma vez, só o Brasil dispõe de engenharia e indústrias para a produção de aeronaves militares, e mesmo nesse caso, fortemente dependente de tecnologia estrangeira. O icônico A-29 Super Tucano, produzido pela Embraer, e operado por 21 forças aéreas no mundo, é um formidável aparelho para emprego em patrulhamento e contrainsurgência, mas incapaz de garantir poder de interceptação e superioridade aérea. Para tal, o Brasil opera o F-39 Gripen, caça multiuso de 4ª geração, de origem sueca, montado parcialmente no Brasil (a partir de acordo de transferência parcial de tecnologia). Do total, apenas oito de trinta e seis unidades foram entregues devido a dificuldades orçamentárias. As defesas aéreas do Brasil dependem hoje em grande parte da frota composta por antigas aeronaves F-5 Tiger II, que apesar de modernizadas pela Embraer, são insuficientes para a tarefa.

A Argentina outrora integrou o hall de países construtores de aeronaves militares, especialmente com seu IA-58 Pucarã, avião de ataque leve e contrainsurgência, mas hoje opera uma força aérea absolutamente insuficiente e dependente dos Estados Unidos: em 2024 o Departamento de Estado Norte-Americano aprovou a transferência de 24 caças F-16 da Força Aérea da Dinamarca para a Força Aérea Argentina (ainda não entregues), de modo a conter a oferta de um lote de JF-17 Thunder produzidos pela China. Neste quesito, a Argentina se junta-se ao Chile, o maior operador de caças F-16 na América do Sul (esse último com 48 unidades). Já a Venezuela não tem qualquer capacidade de projetar e produzir aeronaves, e depende do emprego dos avançados Sukhoi Su-30MK2 russos e de obsoletos Chengdu F-7 chineses. A Força Aérea Venezuelana também opera com o F-16 da Boeing, mas devido ao status das relações com Washington, a manutenção dessas máquinas segue prejudicada. Tal como a Venezuela, o Peru não produz aeronaves, e opera um número pequeno de aeronaves MiG-29, de fabricação russa, bem como cerca de uma dezena de caças Mirage 2000 franceses, projetados ao final dos anos 1970.

A situação da Colômbia é ainda mais crítica, pois a espinha dorsal de suas defesas aéreas conta com apenas seis caças Kfir, de fabricação israelense, ainda operacionais. É desnecessário dizer que os atritos recentes entre os governos Petro e Netanyahu, em função do genocídio perpetrado pela IDF em Gaza, cortou totalmente o suporte técnico da IAI (Israel Aircraft Industries) à

Força Aérea Colombiana. A expectativa é de que a Colômbia perca todo seu poder de interceptação aérea em um ou dois anos.

Em todos esses casos, há uma constante: o tremendo risco geopolítico envolvido na dependência de serviços de engenharia, assistência técnica e de tecnologia mantidos por potências estrangeiras. Cumpre dizer que o acordo de transferência de tecnologia entre a SAAB e a Embraer enfrentou recentemente um pedido de investigação pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, por supostas irregularidades no processo de concorrência em que a Boeing foi derrotada pela empresa sueca. A ele se somam preocupações em Washington de que, por conter componentes de origem norte-americana, o F-39 Gripen não possa ser objeto de transferência de tecnologia sem aprovação legislativa nos EUA.

Uma política externa ativa e independente, se perseguida de maneira vigorosa na América do Sul, pode, no curto prazo, produzir ruídos capazes de gerar paralisia em elementos vitais para a preservação da integridade territorial e da segurança nacional, a depender do grau de exposição enfrentado por um determinado país. Esse é o preço da dependência tecnológica. E um enquadramento bipolarizante, no qual depender das indústrias russas e chinesas apareça como mal necessário diante da hegemonia norte-americana, tem a face de Jano: não há dependência melhor que outra quando o assunto é preservar ou ampliar os graus de liberdade e autonomia nacional perante o sistema.

O BRASIL E A INTEGRAÇÃO BIOCEÂNICA

Por Wagner Sousa

O território sul-americano tem características físicas que constituem uma verdadeira “barreira natural” entre o Brasil e seus naturais falantes de português e a maior parte dos países do subcontinente, falantes de espanhol e também dos três que falam outras línguas: Suriname (holandês), Guiana (inglês) e Guiana Francesa (francês), esta última um departamento (uma espécie de província) francês. Pântanos (o “Gran Chaco”, que estende-se entre Paraguai, Bolívia e Argentina e o Pantanal brasileiro), a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes ainda separam, em grande medida, o Brasil da maior parte de seus vizinhos. Dos 12 países com quem divide a região o Brasil não faz fronteira apenas com Chile e Equador.

As elites brasileiras, como herança do período colonial português e sua economia extrativista dos ciclos do pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro e, já como país independente, dos ciclos da exploração da borracha e da economia cafeeira, estiveram até então voltadas para a Europa e “de costas” para os vizinhos sul-americanos. Como explicitado no primeiro parágrafo, a realidade da geografia da região impôs um grande desafio para uma maior aproximação, porém os vínculos políticos e econômicos e também questões culturais (uma maior identidade dessas elites com a Europa e, após a Segunda Guerra Mundial, com os EUA) alimentaram a “vocação atlântica” brasileira.

Apenas nas décadas finais do século XX, em especial após a redemocratização no Brasil e na Argentina, nos governos de José Sarney e Raul Alfonsín, iniciou-se processo de integração regional que redundou no Mercosul, em 1991, com quatro países e na Unasul, em 2008, com doze países. No entanto, já na década de 1970 existiram discussões sobre a integração física da região, com os chamados “Corredores Bioceânicos”, infraestruturas para conexões físicas com diferentes modais (rodovias, ferrovias, hidrovias) para transporte de cargas e passageiros entre o Pacífico e o Atlântico. Apesar desses debates, um compromisso político para tanto foi assinado apenas em 2015. Segundo a especialista em Comércio Internacional, Antonella Lanfranconi, a respeito deste ponto: “Há registros de esforços nesse sentido desde 1975, quando o Grupo Empresarial Inter-regional do Centro-Oeste da América do

Sul (GEICOS) iniciou ações de integração entre os dois oceanos, as quais foram retomadas pelo projeto denominado Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (ZICOSUR) no ano de 1997, agrupando iniciativas em nível subnacional. A assinatura da Declaração de Assunção sobre Corredores Bioceânicos, em 2015, marca pela primeira vez o compromisso de quatro países a avançar nessa iniciativa. Estes países instruíram seus Ministérios das Relações Exteriores a formar um grupo de trabalho para realizar estudos técnicos e formular recomendações pertinentes para a implementação do corredor.”

A integração física da América do Sul através desses corredores reduz os custos de transporte e o tempo de deslocamento, tanto no que importa às relações econômicas internas como para as exportações. Para o Brasil, a principal economia e o país mais industrializado da região representa um ganho de competitividade em suas exportações (com predomínio de commodities) para a Ásia, em especial para a China, destino de quase um terço das vendas externas, como também no próprio subcontinente, para o qual predominam exportações de produtos industrializados. No entanto, a mesma China que impulsionou as exportações brasileiras de minérios e produtos agrícolas vem ganhando terreno do Brasil na América do Sul em relação aos produtos industrializados. A China também se tornou importante investidor global na área de infraestrutura e também está ocupando um espaço que já foi do Brasil, como demonstra a recente inauguração do porto de Chancay, no Peru. O comprometimento das grandes empreiteiras do Brasil pela Operação Lava Jato tirou do país um relevante instrumento em suas negociações com outros países, com importante perda de divisas com venda de serviços de engenharia no exterior.

A China vem implementando na América do Sul, assim como no restante da América Latina, na Ásia, Europa e África a expansão da Belt and Road Initiative (“A Nova Rota da Seda”) com investimentos em portos, ferrovias, aeroportos, rodovias, usinas de geração de energia e redes de telecomunicações, parte do projeto global de expansão econômica e de influência política da China. O Brasil tem a China como maior parceiro comercial, assim como a maior parte das nações do mundo, e com este país o maior superávit comercial, mas também é um importante concorrente. A visita de Estado de Xi Jinping ao Brasil, logo após sua participação no G-20, em novembro de 2024, foi oportunidade para o governo brasileiro estabelecer negociações para parcerias que envolvam desenvolvimento tecnológico e investimento em infraestrutura e que mudem a relação bilateral atual na qual predominantemente o

Brasil fornece produtos primários e importa produtos industrializados. É, portanto, interesse do Brasil e de países vizinhos, carentes de recursos financeiros, que a China participe como parceira nos investimentos em infraestrutura na região. E, da própria China, que busca conexões físicas com seus fornecedores e consumidores.

Com o enfraquecimento, por diferentes razões, dos vínculos políticos brasileiros com a Argentina e a Venezuela, o projeto da Unasul, hoje com 7 países, se encontra paralisado e o Brasil se vê premido por repensar a sua inserção externa num ambiente muito mais conflituoso e instável. Não será possível, ao menos no futuro próximo, a retomada de um projeto de integração sul-americana liderado pelo Brasil que englobe toda a América do Sul, pelas razões expostas. É possível que o Brasil tenha que estabelecer uma espécie de “geometria variável” para suas relações com os vizinhos, que de forma realista busque fortalecer os vínculos políticos, econômicos e culturais de forma mais particularizada, bilateral e menos institucionalizada em termos regionais. E a integração física, na figura dos Corredores Bioceânicos, aparece como alternativa factível para a projeção dos interesses do Brasil entre os vizinhos e também de forma extra-regional, em especial para a região mais dinâmica do mundo, a Ásia.

GEOPOLÍTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL

Por William Nozaki

Geopolítica da transição energética

A transição energética compreendida como parte da segurança energética pode alterar o equilíbrio de poder no sistema interestatal nas próximas décadas. Os Estados que possuem acesso a energias renováveis e a tecnologias de descarbonização tendem a se tornar mais visíveis geopoliticamente, já os Estados sem acesso a novas fontes de energia e que são dependentes de exportações de combustíveis fósseis podem se tornar mais tensos geopoliticamente.

Por um lado, regiões como América do Sul, África Subsaariana, e o Atlântico Sul, tem despertado maior interesse geopolítico, pois são vistos como territórios com recursos energéticos abundantes e minerais críticos disponíveis.

Como se trata de recursos estratégicos, ligados a vantagens naturais, muitas vezes ancorados nas condições do clima, do solo e do mar, do vento e do sol, não se deve negligenciar a conhecida imbricação entre concorrência interempresarial (por novos segmentos de energias renováveis), competição interestatal (por acesso a novas matérias-primas renováveis) e estímulo ao protecionismo e ao expansionismo territorial (por pressão comercial ou por força da guerra).

A procura por áreas verdes como florestas (para replantio e descarbonização), de matérias-primas como soja e milho (para produção de biocombustíveis), de incidência solar, intensidade de ventos e regime hidrológico (para energias renováveis fotovoltaica, eólica e hidroelétrica), assim como a procura por minerais como lítio, cobalto, níquel, cobre, terras raras (para baterias e armazenamento) se tornaram novas arenas de competição geopolítica e territorial.

Por outro lado, regiões como Ásia do Leste, China, e o Indo-Pacífico, por seu turno, tem concentrado maior poder geoeconômico, dado que tem se consolidado como pólos de desenvolvimento produtivo e tecnológico em energias renováveis.

A busca por liderança em tecnologias de energia renovável, como insumos para biocombustíveis, eletrolisador para hidrogênio, painéis solares, turbinas eólicas, baterias de armazenamento também se tornaram novas arenas de competição geopolítica e empresarial.

Essa mudança acontece, entretanto, em um ambiente econômico em que a demanda por energia deve crescer cerca de 1/3 até 2040, e embora esse aumento conte com a presença do incremento da eletricidade e dos combustíveis oriundos de energias renováveis, os hidrocarbonetos permanecem como a fonte mais importante para a matriz energética primária mundial, por isso os grandes países produtores e detentores de reserva de petróleo e gás, como EUA, Rússia e o Oriente Médio seguirão sendo espaços determinantes para a geopolítica da energia nas próximas décadas.

Transição energética na América do Sul

Na América do Sul, a maior parte das emissões de carbono por gases do efeito estufa acontecem por meio de atividades relacionadas à agricultura: o uso e ocupação do solo somado à agropecuária respondem por cerca de 68% das emissões de GEE. O principal problema da região é o desmatamento na Floresta Amazônica.

A América do Sul pode ser considerada uma região comparativamente avançada em termos de transição energética e é rica em recursos naturais que favorecem esse percurso.

A Argentina quer explorar os potenciais do gás não-convencional na região de Vaca Muerta, na Patagônia, a maior província de hidrocarbonetos do país, em conjunto tem buscado desbravar os potenciais do hidrogênio sustentável e quer expandir a rede de eólica e solar pelas regiões costeiras.

A Bolívia, rica em lítio, busca desenvolver sua indústria de baterias. No setor elétrico, hidrelétricas e projetos solares têm ganhado espaço. Em combustíveis, o país estuda a produção de biodiesel a partir de oleaginosas.

O Chile é pioneiro em energia solar, especialmente no deserto do Atacama, que abriga algumas das usinas solares mais eficientes do mundo, nos combustíveis, o hidrogênio sustentável e a busca por minerais críticos têm atraído investimentos estrangeiros para o país.

Na Colômbia, a geração de energia renovável é impulsionada pela energia hidroelétrica. O governo tem investido em projetos

eólicos e solares na região do Caribe. O setor de combustíveis tem avançado na produção de biodiesel.

O Equador aposta em sua vasta capacidade hidroelétrica e tem estudos para projetos solares na região da Amazônia. Nos combustíveis, o país tem experimentado o uso de etanol em misturas com gasolina.

O Paraguai, com a hidrelétrica de Itaipu, possui uma das matrizes mais limpas do mundo, integralmente oriunda de fontes renováveis. O desafio está em ampliar o uso interno e diversificar para outras fontes, como solar e eólica. Nos combustíveis, o foco está no etanol.

No Peru, as hidrelétricas também dominam a matriz elétrica, o país tem investido na expansão de projetos solares na fronteira com o deserto de Atacama. Em combustíveis, o foco está na substituição do gás natural por biometano em frotas de transporte urbano.

A Venezuela busca diversificar sua matriz elétrica com projetos solares e eólicos em pequena escala, principalmente na região dos Andes. O país também tenta explorar biocombustíveis como alternativa ao declínio de sua produção de combustíveis fósseis.

O Uruguai é um exemplo de transição energética bem-sucedida, com a quase totalidade de sua energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como eólica, solar e biomassa. Em combustíveis, o país tem investido na produção de biogás e biocombustíveis.

A Guiana, com recentes descobertas de petróleo enfrenta o desafio de equilibrar a expansão da indústria de hidrocarbonetos e os investimentos em energias renováveis. O Suriname está buscando substituir diesel no transporte por biocombustíveis. A Guiana Francesa, sob administração da França, segue as diretrizes da União Européia e tem incentivado geração solar e biomassa. As Ilhas Malvinas, sob administração britânica, herdaram tecnologias do Mar do Norte, e tem buscado substituir geradores a diesel por projetos eólicos.

O Brasil desponta como potencial liderança em transição energética na região, o país possui matriz energética e elétrica com presença significativa de renováveis, é referência em biocombustíveis, tem potencial crescente em solar e eólica. Além de ter a província petrolífera do pré-sal, com grande volume de produção e alta qualidade do óleo extraído, bem como as potencialidades do petróleo na Margem Equatorial.

Em resumo, a América do Sul pode ocupar um espaço privilegiado na geopolítica das energias renováveis. Comparativamente, a matriz energética e a matriz elétrica da região são mais limpas, as nossas emissões de GEE não tem como fonte principal o setor de energia, temos disponibilidade de minerais críticos, estamos avançados em combustíveis sustentáveis e biomassa, temos potenciais em geração elétrica renovável hidroelétrica, solar e eólica.

A região tem potencial para avançar na liderança desse processo, entretanto, deve sempre atentar para que a transição energética seja uma oportunidade de fortalecimento geopolítico, reinserção externa e utilização dos recursos naturais estratégicos a serviço da transformação produtiva, da reindustrialização e da inovação.

O destino da América do Sul também será jogado no tabuleiro geopolítico da transição energética, nessa arena se definirá se caminharemos para uma neointustrialização sustentável ou para um neocolonialismo verde.

A NOVA POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA CHINESA PARA 2025

Por Elias Jabbour

Antes de tudo um relato pessoal. Ainda em Xangai e em uma conversa com uma grande autoridade brasileira em um posto de relevância estratégica ao bloco dos BRICS o assunto do endividamento local chinês veio à tona. Quem acompanha os panfletos da ortodoxia universal sabe muito bem que existe uma das grandes apostas contra o “modelo” chinês está na insustentabilidade dos débitos dos entes subnacionais acumulados desde a reação chinesa à crise de 2007/2008.

De forma tranquila procurei demonstrar que o “modelo” chinês tem como base fiscal e monetário um grande fato: moeda criada pelo Estado sob intermediação financeira pública que é emprestada para empresas do Estado, províncias, municípios e empresas não públicas. Ou seja, a mim é claro que em uma das características de uma economia de projetamento, na forma como surge na China, está no casamento entre monopólio do Partido Comunista sobre a grande propriedade pública na indústria e na finança e o pleno exercício consciente (como diria o pai da “Economia do Projetamento”, Ignacio Rangel, “projetamento é a busca da razão na relação entre custo x benefício de cada projeto) de sua soberania monetária para fins de entrega de bens e serviços. Na China a moeda é um bem público ao contrário do Brasil, dado o poder do sistema financeiro sobre os destinos da política monetária, onde a moeda é quase um ente privado.

Continuando a conversa, ainda com muita tranquilidade, disse que o endividamento local não é uma contradição do “modelo”, mas um atributo da dinâmica de desenvolvimento. Uma sobrevivência das relações entre governo central e províncias desde a milenaridade do modo de produção asiático. A minha conclusão foi objetiva e assustadora a quem ouvia. Em breve a China vai encontrar uma solução a isto. Algumas semanas depois, precisamente na primeira semana de novembro, o governo central anunciou um grande pacote fiscal de US\$ 1,4 trilhão tanto para aplacar as dívidas locais quanto para recomprar a concessão de terras a incorporadas atingidas pela crise imobiliária.

O exemplo acima foi apenas um de outros 14 pacotes fiscais anunciados entre setembro de 2024 e dezembro de 2025. O primeiro anúncio de 2025 já foi feito com um aumento surpresa nos salários de 48 milhões de servidores públicos chineses. Esse aumento equivale a uma injeção na economia do país de quase três bilhões de dólares. Ou seja, o governo chinês já inicia o ano com uma medida com algum impacto sobre a capacidade de consumo de milhares de pessoas. Mas o que se pode esperar em termos de políticas fiscal e monetária para 2025? Como nos acostumamos no Brasil e observar o fiscal e o monetário como um fim em si mesmo e parte de uma operação simplesmente contábil pode parecer estranho relacionar a submissão do monetário e o fiscal aos objetivos estratégicos de um país e, mesmo e conseqüentemente, às suas ambições geopolíticas. Não deveria ser novidade desde o momento que observamos que a Inglaterra pós-Revolução Industrial transformou a dívida pública em poderosa arma política. Da mesma forma que a China deverá manter políticas cada vez mais ousadas e expansivas nos campos monetário e fiscal. As razões são domésticas (necessidade de geração anual de 12 milhões de empregos urbanos/ano) e, sobretudo geopolíticas/tecnológicas pois o país está disputando palmo a palma a liderança da atual revolução técnico-científico em vários níveis, com ênfase nas indústrias relacionadas à transição energética. Voltarei a isso.

Políticas monetárias e fiscais expansivas também se impõem diante da corrida chinesa pela autonomia nas chamadas infraestruturas dos semicondutores e na Inteligência Artificial. Se Biden e, agora, Trump, lançaram mão de trilhões de dólares para jogar à frente a fronteira tecnológica nestes setores, a China faz o mesmo em termos de catching-up. Ou seja, enquanto o Brasil, fiel à ultrapassada teoria quantitativa da moeda, discute se os pobres têm o direito de uma velhice digna sem afetar o “equilíbrio fiscal”, na China (e nos Estados Unidos) queima-se, em linguagem figurada, “dinheiro em praça pública” para ver quem chega primeiro no topo da montanha na corrida pela dianteira da fronteira do conhecimento. Ciência, tecnologia e inovação custam trilhões de dólares a fundo perdido. Somente entre 2025 e 2030 a previsão é de investimentos da ordem de US\$ 1,4 trilhão na China somente em Inteligência Artificial. Em 2024, somente em circuitos integrados foram quatro pacotes da ordem de US\$ 40 bilhões cada.

Voltando aos investimentos em transição energética, como não estão consolidados os números de 2025, bom lembrar que essa referida transição é parte do esforço de liderança do país nestas áreas, mas também busca acelerar a transição de uma economia que durante décadas foi sustentada por imensos investimentos em

infraestruturas e no setor imobiliário tendo em vista a necessidade de abrigar dezenas de milhões de chineses em trânsito do campo para a cidade. Abrindo parêntese, para termos ideia, entre 2014 e 2023 duzentos milhões de pessoas se tornaram cidadãos urbanos na China, o que demanda um esforço de planificação deste processo que as ciências sociais não estão preparadas para mensurar. A dinâmica está em mudança para um desenvolvimento baseado em vultosos investimentos na “fronteira tecnológica”. Nada indica que isso irá mudar em 2025, reforçado pelo empenho dos Estados Unidos em manter e ampliar seu bullying tecnológico contra a China.

Em 2023, o crescimento dos investimentos em energia limpa foi 40% maior que o verificado em 2022, alcançando US\$ 890 bilhões. Este nível de investimento é comparável ao PIB de países como a Suíça ou a Turquia, destacando a escala do compromisso da China com a energia limpa. A contribuição do setor de energia limpa para a economia chinesa foi de US\$ 1,6 trilhão em 2023, refletindo um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Esse crescimento fez dos setores de energia limpa o maior motor da expansão econômica da China, respondendo por 40% do crescimento total do PIB. Por exemplo, sem o crescimento desse setor, o PIB da China teria ficado abaixo da meta do governo, alcançando apenas 3,0% de crescimento, em vez dos 5,2% almejados naquele ano.

Resumindo a ópera, nada indica uma mudança nos rumos da política fiscal e monetária chinesa para 2025. Ao contrário, nesta luta existencial pela autonomia tecnológica, muito dinheiro deverá continuar a ser “queimado em praça pública”. A lógica de contabilidade que domina a mente de países que desistiram de si mesmo não combina com o fundamental no mundo desde o surgimento do sistema interestatal moderno: a riqueza das nações.

AFINAL, O QUE ACONTECEU NA SÍRIA E NA COREIA DO SUL?

Por Flávio Aguiar

Dois acontecimentos relatados na mídia corporativa internacional como “surpreendentes” marcaram o final de 2024: a queda de Bashar al-Assad na Síria e a crise política na Coreia do Sul, deflagrada pela tentativa do hoje presidente suspenso Yoon Suk-yeol de impor a lei marcial no país. A rápida queda de Bashar al-Assad foi de fato surpreendente. Já a crise sul-coreana nem tanto, pelo menos para quem conhece a história do país.

A Síria

As Forças Armadas da Síria tinham fama de coesão, disciplina, eficácia e consistência. Com apoio da Rússia e do Irã, enfrentaram com sucesso grupos rebeldes apoiados pela Turquia e pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais, reunidos na frente do Exército Livre da Síria, e forças do Estado Islâmico desde que a guerra civil começou em 2011/2012.

Os insurgentes estavam divididos. O Estado Islâmico, além de combater o Exército Sírio, combatia também o Exército Livre, e era atacado por forças curdas. Estas eram hostilizadas pela Turquia.

Houve um erro de cálculo dos Estados Unidos e de seus aliados: estimaram que o Exército Sírio se desorganizaria, como acontecera com E os Estados Unidos passaram a favorecer os curdos e a atacar o Estado Islâmico na Síria e no Iraque.

O Exército Sírio manteve suas posições na defesa de Damasco e o regime de Bashar al-Assad se sustentou até este final de 2024.

Quando uma frente rebelde islamista, liderada pela organização Hay'at Tahrir al-Sham, anunciou no final de novembro que recomeçava a ofensiva contra Assad, tomando Aleppo e atacando outras cidades, esperava-se uma reação vigorosa do Exército Sírio. A nova frente rebelde conclamou outras forças a juntarem-se a ela o que de fato aconteceu.

A reação do Exército Sírio não veio; ele derreteu, e a frente ampla rebelde tomou Damasco. Assad fugiu para Moscou. Há várias hipóteses levantadas para explicar a queda do regime:

1. A oposição interna crescera nos últimos anos. A prisão de dissidentes se multiplicou, e os cárceres estavam lotados.

2. Esperava-se maior apoio por parte da Rússia e do Irã, que não veio. Há comentários de que a Rússia está por demais ocupada com guerra na Ucrânia, e que o Irã se viu enfraquecido pela ofensiva israelense na região, que atacou duramente o grupo Hezbollah, também favorável a Assad. O argumento procede, mas não explica tudo. Por alguma razão, Assad perdeu apoio em Moscou e em Teerã.

3. O regime de Assad perdeu apoio no Exército Sírio, que deixou de defendê-lo, abandonando-o à própria sorte. É possível que o crescente caráter oligárquico do regime em torno de Assad tenha contribuído para seu isolamento frente ao núcleo das Forças Armadas que o apoiava, transformado no pilar central do regime com o progressivo enfraquecimento do Partido Baath que na origem era socialista e pró-soviético.

O mistério agora é o que acontecerá no país. O grupo Hay'at Tahrir al-Sham foi fundado em 2012 com o nome de al-Nusra e mantinha relação com a Al-Qaïda. Mudou de nome e anunciou desfiliação da Al-Qaïda, mas seu líder, Abu Mohammed al-Jolani é considerado “terrorista” pelos Estados Unidos, Reino Unido e a ONU. Num esforço para amenizar a oposição contra ele, trocou de nome: agora se chama Ahmed al-Sharaa, seu nome original.

Com apoio da Turquia grupos rebeldes atacam forças curdas perto da fronteira com este país. Em outros pontos do território sírio remanescentes das forças fiéis a Assad ainda oferecem resistência aos vencedores em Damasco. Estes formaram um governo provisório que promete construir “uma Síria plural”, seja lá o que isto signifique. Ex-ministros do governo de Assad permanecem na capital e afirmam estar colaborando com o novo governo. Israel ataca posições sírias no sul do país alegando, como de costume, “necessidades defensivas”. E de momento a Rússia não demonstra qualquer intenção de abandonar sua base naval junto ao porto de Tartus, nas costas sírias do Mediterrâneo.

Em resumo, reina ali um grande imbroglío.

A Coreia do Sul

A mídia corporativa apresenta a Coreia do Sul como uma democracia historicamente consolidada, e a Coreia do Norte como um país dominado por um regime comunista totalitário. Os líderes daquela aparecem com traços de seriedade e trajes ocidentais. Kim Jong Un, o presidente desta, aparece como um ditador ao mesmo tempo sinistro e ridículo, que veste trajes de aparência militar e um penteado histriônico.

Diante deste quadro é que a crise política em Seul parece um raio em céu azul. A realidade é bem outra.

A Coreia do Sul foi governada por dois ditadores militares de 1961 a 1987. O primeiro foi Park Chung Hee. O segundo foi Chung Doo-hwan. Ambos governaram com apoio em unidades militares bem treinadas em repressão e inteligência. A principal delas é o Comando Especial de Guerra da Coreia do Sul, criado em 1958 e ativo até hoje.

Entre 1987 e 1997 os governos sul-coreanos continuaram caracterizados estilos autoritários. A Coreia do Sul só foi aceita no clube das “democracias modernas ocidentais” em 1997, com a eleição do opositorista Kim Dae-jung como presidente.

Em 2022 foi eleito Yoon Suk-yeol, um político conservador do direitista Partido do Poder Popular. Em abril de 2024 o Partido Democrático venceu as eleições legislativas e a oposição tornou-se maioria na Assembleia Nacional. Yoon Suk-yeol passou a denunciar fraudes nesta eleição. Segundo denúncias de membros do PD, o presidente começou logo a preparar o decreto que estabeleceria a lei marcial.

Anunciou o decreto pela tv na noite de 3 de dezembro. O presidente acusou o Partido Democrático de conivência com a Coreia do Norte, além de outras acusações. Determinou a invasão da Assembleia Nacional por parte do Comando Especial de Guerra, também a da Comissão Eleitoral do país, e a prisão de diversas personalidades da oposição e de seu próprio partido.

Apesar da invasão da Assembleia pelos militares, uma maioria expressiva dos 300 parlamentares conseguiu chegar ao plenário, votando por unanimidade a anulação da lei marcial.

O Comando de Guerra retirou-se da Assembleia e o presidente revogou o decreto. A tentativa de aplicação da lei marcial é hoje descrita como um auto-golpe.

A Assembleia Nacional votou o impeachment de Yoon Suk-yeol. Isto significa que ele foi suspenso do cargo até que uma Comissão Constitucional confirme ou não seu afastamento.

Seu substituto interino também foi afastado do cargo pela Assembleia Nacional. A Comissão que investiga o caso decretou a prisão de Yoon. A polícia não conseguiu executar a ordem, Yoon foi protegido por sua guarda pessoal e por membros do Exército. A Comissão renovou a ordem. A crise, portanto, está longe de ter um fim.

UM ANO DE MILEI, “EL MIMADO”

Por Andrés Ferrari Haines

Depois de vencer as eleições há pouco mais de um ano, Javier Milei foi ao Fórum de Davos onde discursou e até tratou aos maiores capitalistas e líderes ocidentais como seus seguidores. Milei exortou-os a confiar que são os verdadeiros “heróis” sociais e alertou-os de que o Ocidente estava em perigo de cair no socialismo e na pobreza.

Qual seria a razão pela qual essa elite, que domina política e a economia globais há séculos, daria ouvidos a um presidente desconhecido, recentemente eleito, de um país pouco industrializado que representa menos de 0,5% da riqueza global, tendo 0,54% da dívida mundial, com participações mínimas no comércio e nas finanças globais e imerso numa longa crise econômica com uma das inflações mais alta do planeta?

Após um ano no governo, essa elite ocidental solicita reconhecimento aos “sucessos” de Milei – a começar pelo recém-eleito presidente dos EUA, Donald Trump, que o recebeu como primeiro líder estrangeiro visitá-lo—levando à BBC a se perguntar em dezembro passado “se Milei estava influenciando aos Estados Unidos”. Assim, o Washington Post afirma que “o muito ridicularizado Javier Milei da Argentina poderia rir por último”.

Bloomberg afirma que Milei mostrou que “os céticos estavam errados” depois que “suas primeiras reformas foram ousadas e bem-sucedidas”. The Economist o considera um “revolucionário do mercado livre”. Para a AP, “surgiram sinais de que a estranha e há muito mal gerida economia da Argentina está a começar a parecer um pouco mais normal”. Segundo a diretora do FMI, Kristalina Georgieva, o “sólido programa de crescimento” do Milei é dos “mais impressionante da história recente”.

Embora se espere que a economia argentina finalmente contraia 3,5% em 2024, o Financial Times comemora que ela “emergiu de uma severa recessão no terceiro trimestre de 2024, um marco” para Milei—mesmo observando que “em comparação com o mesmo período de 2023, o PIB do terceiro trimestre contraiu 2,1 por cento”.

O principal “sucesso inegável” do Milei seria a queda da inflação mensal, que passou de 25% em dezembro de 2023 para

menos de 3% atualmente. Depois um controlado orçamento fiscal onde se gasta menos que as receitas. Estas mudanças mereceram o reconhecimento da comunidade financeira expresso na queda do “risco país”, dissipando os receios dos investidores externos.

Não há nada de surpreendente na queda abrupta da inflação através da redução acentuada da disponibilidade de dinheiro. A própria Argentina já viveu momentos semelhantes. Em suma, numa economia de escambo não pode haver inflação. A questão política é conseguir isso prejudicando o menos possível as condições de vida da população. Esse não é o caso.

O salário mínimo não cobre a cesta básica e o número de pobres aumentou em cinco milhões, perto de 10% da população nacional, enquanto 66% das crianças argentinas com menos de 14 anos vivem na pobreza.

Sob a desculpa de suposta corrupção e necessidade de realização de auditorias, 400 pacientes não conseguiram ter acesso a medicamentos oncológicos e 60 deles morreram ao longo do ano. A suspensão de todos os projetos de investimento em infraestruturas fez que a Câmara Argentina de Construção (CAC) estime que o Estado deve 400 milhões de dólares aos empreiteiros e que 200 mil trabalhadores foram despedidos no sector da construção.

Em suma, os gastos fiscais caíram 30% em termos anuais (ajustados pela inflação), demitindo cerca de 30.000 funcionários públicos, quase 10% da força de trabalho federal, e afetando infraestrutura (-74%), educação (-52%), desenvolvimento social (-60%) e saúde (-28%).

Para a elite ocidental é para destacar que esta aplicação do motoserra nos gastos fiscais, como Milei chama seu plano, não levou a grandes protestos sociais. Embora houve algumas grandes mobilizações e várias greves, a aprovação de Milei tem sido mantida, se não aumentada – superando os 50%, pelo qual já se especula sobre uma possível reeleição.

No seu discurso inaugural, Milei imitou a Margaret Thatcher ao salientar que não havia alternativa ao choque, revelando que a sua autodesignação de “anarco-capitalista” é apenas uma camuflagem para o neoliberalismo ao qual está ligada. a Dama de Ferro e a quem ele elogia.

Ao contrário da linguagem elegante da realeza britânica de Thatcher, Milei recorre a vulgaridades, que são tratados como facetas de um líder incomum que não se esconde de dizer duras verdades e de manter a sua palavra. No entanto, deixa-se de lado

que sustentou que seu ajuste não afetaria a população em geral, e que se “cortaria um braço” antes de aumentar os impostos. Ele também sustentou que as vítimas seriam “a casta”, um grupo privilegiado principalmente da atividade política, mas também do mundo sindical e empresarial. Nada disso aconteceu, exceto nas ostentações da mídia.

Muitos criticam e se opõem fervorosamente tanto às medidas mais cruéis quanto às formas de Milei – que passa horas por dia nas redes sociais insultando qualquer oponente e divulgando imagens grandiosas de si mesmo feitas com inteligência artificial. Criticam também o tremendo aparato policial que cresceu fortemente sob a ministra da segurança, Patricia Bullrich, que passou a utilizar gases mais nocivos ao corpo humano em repressões indiscriminadas, mesmo contra pessoas idosas, e em prisões arbitrárias.

Mas nada disso é suficiente para apresentar uma oposição política alternativa. Na Argentina, como em outros lugares, a concepção é de que “não há alternativa”. Tal como durante a convertibilidade dos 90, apenas o nível de sofrimento parece conseguir cristalizar-se como limite.

Décadas de educação mediática por parte de economistas e similares convenceram as pessoas de que os “países desenvolvidos” o fizeram ao abraçar o comércio livre com um pequeno estado de orçamento equilibrado e sem inflação. Assim, a esperança é que Milei esteja aplicando o modelo da verdade econômica e que depois da 'cirurgia sem anestesia', como foi chamada esta política nos anos 90, a Argentina cresça e se desenvolva.

Que isto não é apenas o oposto da história econômica, mas também que os próprios países ocidentais desenvolvidos têm levado a cabo as mesmas medidas que Milei durante décadas, com resultados terríveis para as suas populações em geral, não é fácil de difundir na Argentina.

Por exemplo, a Universidade de Glasgow revelou que na GB estas políticas causaram 350.000 mortes adicionais e, atualmente, nos EUA, mais de 40 milhões de pessoas dependem da alimentação estatal para sobreviver, ao mesmo tempo que tem a maior população sem-abrigo da sua história.

Na OCDE, estas políticas traduzem-se na enorme concentração de riqueza, nos fortes ajustamentos orçamentais na educação e na saúde, na diminuição dos salários reais e dos sindicatos, na maior flexibilidade do mercado de trabalho e na precariedade do emprego, quedas nas aposentadorias, aumento dos

gastos fiscais com o serviço da dívida e aumento do aparato policial, penitenciário e repressivo geral do Estado.

Portanto, a classificação do projeto Milei como radical está errada—salvo pela intensidade. Em termos de conteúdo e tendências, não difere do que vem acontecendo desde o século passado nas principais economias ocidentais.

Por isso, Trump confiou a Elon Musk a realização de uma cirurgia semelhante no orçamento federal dos EUA, e na GB esperam que os recém-eleitos laboristas continue as políticas de austeridade dos conservadores.

Apesar de toda a conversa sobre o “mercado livre” e o declínio do Estado, nas últimas décadas, nas economias ocidentais, tanto as regulamentações como os gastos do Estado, como percentagem do produto nacional, aumentaram. O que mudou foram seus objetivos, destinos e diretrizes.

É por isso que o colunista do Washington Post, Ian Birrell, argumenta que “ o experimento radical de Milei está sendo observado de perto em todo o mundo”. Na verdade, sabendo que é mimado, o próprio Milei se gaba de estar “exportando o modelo do motosserra e a desregulamentação para o mundo inteiro”.

Assim, a expectativa crescente das elites globais com Milei reside na esperança que a Argentina do "modelo motosserra" possa ser para economia desta década o que a economia chilena da ditadura Pinochet foi no passado: Um exemplo a ser seguido.

,

AMÉRICA DO SUL, UM CONTINENTE À BEIRA DO FUTURO

Por José Luís Fiori

Às vezes de forma mais lenta, às vezes mais acelerada, algumas mudanças vêm acontecendo no panorama geopolítico e geoeconômico da América do Sul. Em alguns casos, reforçando velhos caminhos e “vocações” do continente; em outros, abrindo novas perspectivas e oportunidades que poderão ou não ser aproveitadas pelos 12 países que convivem lado a lado dentro desse território recortado por tantas barreiras geográficas, e tão próximo dos Estados Unidos. Destacamos em seguida quatro mudanças que deverão pesar decisivamente sobre o futuro continental:

I) O aumento da assimetria sul-americana

Em 1950, os dois países mais ricos da América do Sul – Brasil e Argentina – tinham mais ou menos o mesmo PIB, apesar de que os argentinos tivessem uma renda per capita, homogeneidade social, nível educacional e qualidade de vida extraordinariamente superiores em relação aos brasileiros. Hoje, setenta anos depois, a situação mudou radicalmente: se o PIB dos dois países girava em torno de US\$ 80 bilhões em 1950, 70 anos depois, o PIB brasileiro multiplicou 23 vezes e é hoje de cerca de US\$ 2,17 trilhões, enquanto o argentino multiplicou-se apenas oito vezes no mesmo período, sendo hoje de 640 bilhões de dólares. Uma assimetria entre os dois países que tende a aumentar exponencialmente nos próximos anos, e muito mais ainda entre o Brasil e os demais países sul-americanos. Hoje, o Brasil já possui metade da população e do produto sul-americano, e é o único país da região que tem alguma presença no tabuleiro geopolítico internacional.

Depois do Golpe de Estado de 2016, entretanto, e até 2022, dois sucessivos governos de direita alteraram radicalmente a política externa, afastando o Brasil de todas as iniciativas integracionistas na América do Sul, ao mesmo tempo que se alinhava aos Estados Unidos e à OTAN, frente aos conflitos internacionais fora do continente. Em 2023, entretanto, o país retomou o rumo anterior de sua política externa e vem assumindo

posições cada vez mais ativas no campo internacional, no grupo do BRICS, na presidência rotativa do G20 e na liderança mundial da luta pela sustentabilidade e controle das mudanças climáticas. No seu próprio continente, entretanto, o Brasil vem encontrando grandes resistências, que muito têm a ver com o aumento da assimetria regional, em que o Brasil aparece hoje como uma espécie de “elefante no meio da sala”.

ii) A expansão da presença chinesa

A segunda grande transformação da América do Sul, nas primeiras décadas do século XXI, foram o surgimento e a expansão acelerada do papel da China no desenvolvimento econômico do continente. Em apenas três décadas, o fluxo comercial entre América do Sul e China cresceu de US\$ 15 bilhões em 2001, para cerca de US\$ 300 bilhões em 2019. E o fluxo dos investimentos diretos chineses na região cresceu e se manteve em torno de US\$ 10 bilhões anuais, em média, entre 2011 e 2018. Brasil, Peru e Argentina receberam a maior parcela desses investimentos até 2022, ficando o Brasil com 22% deste total, incluindo a fabricação de veículos elétricos, aquisição de ativos de lítio, expansão da Huawei e de outras empresas chinesas de data centers, computação em nuvem e tecnologia 5G, e em grande quantidade de infraestrutura elétrica.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a China também dobrou sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos, cujo valor bruto cresceu mais de 700%, enquanto as exportações brasileiras para a América do Sul, por exemplo, no mesmo período, cresceram menos de 40% do crescimento chinês. Mesmo durante a crise econômica de 2008, a participação brasileira no mercado argentino recuou de 42% para 31,5%, enquanto a participação chinesa subiu de 21,5% para 30,5%. E o mesmo aconteceu na Venezuela, onde a participação chinesa subiu de 4,4% em 2008, para 11,5% nos quatro primeiros meses de 2009.

Hoje, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, do Chile e do Peru no continente sul-americano, e está entre os três maiores parceiros comerciais de todos os países do continente. Só no caso brasileiro, 30,6% de suas exportações em 2023 foram para a China, que foi ao mesmo tempo o maior fornecedor de bens importados pelo Brasil. E oito países sul-americanos já fazem parte da iniciativa da Belt and Road chinesa: Argentina, Peru, Bolívia, Chile, Guiana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Na linguagem estruturalista clássica, pode-se afirmar que nesse período a China se transformou no novo “centro cíclico

principal” da economia sul-americana. E hoje, como no passado, o principal interesse dos chineses na América do Sul segue sendo seus recursos naturais e minerais, apesar de também estarem participando das grandes licitações governamentais da região. E o cenário para os próximos anos promete uma oferta excedente de produtos e capitais chineses, que deve derrubar barreiras e constituir um imenso desafio competitivo para os capitais norte-americanos e brasileiros.

iii) A nova estratégia norte-americana de “polarização mundial”

A terceira grande mudança aconteceu no campo das relações da América do Sul com os Estados Unidos, que nunca abandonaram sua Doutrina Monroe, formulada em 1823 com o objetivo de combater e expulsar a influência europeia do continente sul-americano. A diferença é que, no século XIX, esse discurso era contrário aos interesses das potências coloniais europeias, e favorável à independência de suas colônias sul-americanas. Na primeira metade do século XX, entretanto, a mesma doutrina legitimou a intervenção norte-americana na América Central e Caribe, para mudar governos e regimes que eles consideravam contrários aos seus interesses. E na segunda metade do século, ela voltou a ser utilizada para “proteger” os países da América do Sul, só que agora contra a “ameaça comunista”, que justificou o apoio norte-americano a uma sucessão de golpes e regimes militares que liquidaram a democracia no continente, destruindo ao mesmo tempo sua soberania e seus projetos autônomos de futuro.

No início do século XXI, durante a sua “guerra global ao terrorismo”, os Estados Unidos reduziram seu grau de envolvimento político com os assuntos sul-americanos. Um “déficit de atenção” que durou até o “desembarque” econômico dos chineses na América do Sul na segunda década do século, e até o início do conflito entre os Estados Unidos e a Rússia, na Ucrânia, após o golpe de Estado de 2014.

Desde então, os Estados Unidos vêm se propondo “repolarizar o mundo” no estilo da Guerra Fria do século XX, de maneira que os demais países do sistema internacional, e também da América do Sul, teriam que se posicionar de um lado ou de outro da “linha vermelha” estabelecida por eles e seus aliados europeus.

iv) O declínio do projeto de integração sul-americano

A maioria dos países sul-americanos superou o impacto da crise de 2008 mais rapidamente do que no resto do mundo, graças à grande demanda de seus produtos de exportação por parte das economias asiáticas, da China em particular, que sustentaram as quantidades e os preços das commodities sul-americanas num nível extremamente elevado. Mas este sucesso de curto prazo provocou um efeito inesperado em toda a América do Sul, ao aprofundar, de forma paradoxal, as velhas dificuldades enfrentadas desde sempre pelo projeto de integração econômica da América do Sul. Basta dizer que, na América do Norte, o comércio intrarregional é da ordem de 40% do seu comércio global; na Ásia, de 58%; e na Europa, de 68%; enquanto na América do Sul, mal chega aos 18%.¹

Os caminhos do futuro

Dividida em blocos, e com a maior parte dos países separados ou distantes do Brasil, por conta do contencioso venezuelano, a América do Sul deverá se manter na sua condição tradicional de periferia econômica do sistema internacional, mesmo diversificando e ampliando seus mercados na direção da Ásia. Para não ser assim, o Brasil terá que assumir a “liderança material” do continente, construindo uma estrutura produtiva que combine indústrias de alto valor agregado e tecnologias de ponta, com a produção de alimentos e commodities de alta produtividade, mantendo sua condição de grande produtor de energia tradicional e “energia limpa”. Neste caso, o Brasil poderá mudar o rumo da região, transformando-se na sua “locomotiva econômica”, por cima das divergências políticas e ideológicas que hoje dividem e imobilizam um continente que – sem o Brasil – não tem a menor relevância geopolítica dentro do Sistema Mundial.

Neste ponto, entretanto, não há como enganar-se: o Brasil enfrentará nos próximos anos uma concorrência acirrada e um boicote explícito do governo de Donald Trump que considera que a única relevância da América do Sul é pertencer ao “quintal dos Estados Unidos”.

¹ “O Brasil ainda está de costas para a América do Sul e isso precisa mudar”. Entrevista da ministra brasileira do Planejamento, Simone Tebet, *Brasil 247*, 6 de setembro de 2024.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº9 - Janeiro/2025